

O IMPERIALISMO E A REPRESENTAÇÃO DO CONGO EM *TINTIM* NA ÁFRICA

Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho
Graduando pela UEMG – Unidade Campanha

RESUMO: Este texto discorre acerca do imperialismo em seus contextos histórico, econômico e social, e o impacto dessa política nos países do continente africano. Inclui-se a definição do termo neocolonialismo, a questão do desenvolvimento técnico na Europa do final do século XIX, a corrida colonialista e a partilha da África negra pelas potências industriais européias. O estudo recairá sobre o Congo Belga, e a partir daí será abordada a representação do país em questão na história em quadrinhos *Tintim na África*. Será apresentada, antes e sumariamente, a biografia do autor da obra, o belga Hergé, e o contexto histórico no qual ele se inseria. Na perspectiva do período tratado pela obra, a década de 30 do século XX, serão levados em consideração os seguintes aspectos: a supremacia do homem branco, os embates entre o colonizador e os colonizados, as missões cristãs “civilizadoras” e a exploração no Congo Belga.

PALAVRAS-CHAVE: Neocolonialismo, Congo Belga, Tintim.

ABSTRACT: This text analyzes the imperialism in its historical, economical and social contexture, and the impact of its policy in the African countries. It is included a definition of the expression neocolonialism; the situation of the European technical development at the end of the XIX century; the colonialist race; and the Black Africa partition by the European industrial potencies. The focus of the research will be about the Belgium Congo, and after that it will be studied the representation of the country in *Tintin in the Congo*. A brief biography of the Belgian author Hergé will be presented before, along with the historical context in which he was inserted. At his work’s temporal perspective, in the 30’s, in the XX century, the following aspects will be considered: the white man’s supremacy, the clash between colonizer and colonists, the Christian missions “civilizer”, and the economical exploitation in the Belgium Congo.

KEYWORDS: Neocolonialism, Belgium Congo, Tintin.

Introdução

O presente artigo trata do imperialismo e de suas conseqüências no continente africano e relaciona-se com a História da África. O estudo recairá, de maneira mais específica, sobre o Congo Belga, e será traçada uma análise das ideologias neocolonialistas que perpassam a obra *As Aventuras de Tintim - Tintim na África*, do desenhista belga Hergé. Serão apresentadas, também, uma biografia resumida do autor e uma análise relativa à importância de Tintim e seu contexto histórico.

Propõem-se, primeiramente, explicações acerca do neocolonialismo e a definição do conceito, abordando os fatores que levaram ao advento dessa doutrina política e econômica. Serão tratados, de uma maneira geral, o seu contexto histórico, salientando a segunda etapa da Revolução Industrial; a evolução técnica que há séculos vinha se processando na Europa e que movia-se aceleradamente no dado período; a questão dos monopólios ligados aos grandes complexos industriais; os interesses econômicos europeus que levaram ao estopim da necessidade de colonizar ambientes externos à Europa; a divisão da África negra entre as potências industriais; e os efeitos e implicações desse processo.

A partir daí, o trabalho se concentrará em elucidar os aspectos gerais relativos ao Congo Belga, mais especificamente, e nele maior atenção será aplicada. Tais aspectos serão: a história, a localização geográfica do país e o colonialismo durante o reinado de Leopoldo II, o Rei dos belgas. No entanto, como o país atualmente se denomina República Democrática do Congo, sempre que for mencionada a palavra “Congo” será a ele que o trabalho irá se referir. Isso para evitar equívocos com a atual República do Congo (*Republique du Congo*), antiga colônia francesa e país vizinho do que aqui será tratado.

A obra que será analisada no trabalho, *Tintim na África*, surgiu na década de 1930 e traz consigo uma vasta compilação de ideais paternalistas, embasados nas teorias raciais em voga no período, que estabeleceram uma visão dos colonizados fundada em estereótipos por parte dos colonizadores; da mentalidade burguesa de acumulação e imposição de bens de consumo aos povos nativos; e de posturas colonialistas, muito difundidas na Bélgica no início do século XX. Podem ser apontados tópicos como o conceito de superioridade racial vindo do europeu, o choque cultural entre colonizador e colonizado, o ideal “civilizador” das missões cristãs que se instalaram no continente africano e as principais matérias-primas exploradas no Congo Belga. Os temas citados, relativos aos aspectos do colonialismo, serão examinados particularmente.

Pretende-se, com este trabalho, responder a seguinte questão: quais os elementos neocolonialistas existentes em *Tintim na África*? A obra será contextualizada historicamente, e os aspectos inerentes a ela analisados com base em autores como Marc Ferro, Kwame N’Krumah, Ahmed Mohiddin, entre outros. É de vital importância compreender o contexto histórico no qual se inseria Hergé, o desenhista de *As Aventuras de Tintim*. Obra e autor serão analisados com base nos estudos de Álvaro de Moya e de Hiron C. Goidanich.

O tema tratado neste texto é de grande valor para que se compreendam as maneiras pelas quais (e porquê) os fatores políticos e econômicos influem na construção do pensamento de uma civilização, no caso a européia, e como os conceitos a respeito do

Outro, do colonizado, formulados nas esferas política e econômica eram infundidos, necessariamente, nas mentalidades dos cidadãos belgas.

A relevância da análise de *Tintim na África* é demonstrar como as ideologias e as críticas sociais do período em que uma história em quadrinhos foi produzida, bem como as características do seu próprio autor, estão presentes em toda a obra. As histórias em quadrinhos são, além de meios de comunicação de massa, registros de toda uma época e de suas particularidades, e não se separam dela. Com *Tintim na África* não é diferente.

1. Neocolonialismo

1.1 Definição

“Nos tempos modernos, os Estados capitalistas efetuaram a legitimação do mais completo imperialismo, o da conquista” (CHÂTELET, 1985: 271). Para N’KRUMAH, o neocolonialismo representa o imperialismo em seu estágio final e mais perigoso. Sua essência é de que o Estado que a ele está sujeito é, em teoria, independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Porém, na realidade, seus sistemas econômico e político são dirigidos no exterior. Um Estado nas garras do neocolonialismo não é senhor do próprio destino.

De acordo com Kwame N’Krumah, os métodos e a forma de direção podem assumir vários aspectos: as tropas de uma potência imperialista podem guarnecer o território de um Estado neocolonial e controlar o seu Governo, ou, de modo mais comum, o controle neocolonialista é exercido através de meios econômicos ou monetários.

Onde existe o neocolonialismo, a potência que exerce o controle é com freqüência o Estado que governou anteriormente o território em questão, apesar disso não acontecer necessariamente. Como no caso do Vietnã do Sul, cuja antiga potência imperial era a França, mas o controle neocolonial do Estado passou aos Estados Unidos. *“É possível que o controle neocolonial seja exercido por um consórcio de interesses financeiros que não são especificamente identificáveis com qualquer Estado particular”* (N’KRUMAH, 1967). É um exemplo o controle do Congo por interesses financeiros internacionais. Segundo N’Krumah, o neocolonialismo é a pior forma de imperialismo. Para aqueles que o exercem, significa o poder sem a responsabilidade e para aqueles que o sofrem, significa a exploração sem alívio.

O resultado do neocolonialismo é que o capital estrangeiro é utilizado para a exploração, em lugar de ser para o desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento, sob o neocolonialismo, aumenta, em

lugar de diminuir, a brecha entre as nações ricas e pobres do mundo (N'KRUMAH, 1967).

1.2 Desenvolvimentos tecnológicos e monopólios

No final do século XIX, a partir de 1860, teve início a segunda etapa da Revolução Industrial, distinta pelo uso do motor de explosão e da energia elétrica (ARRUDA, 1991: 20). Nessa nova fase, o aço substituiu o ferro como material industrial básico, o vapor deu lugar à eletricidade, e o petróleo passou a ser utilizado como força motriz em lugar do carvão. Caracterizam-na a introdução da maquinaria automática, que acarretou o crescimento da produção; a extrema divisão do trabalho; e uma revolução nos meios de transporte e comunicação.

Nesse momento, o *capitalismo industrial* (regime de acumulação) foi sobrepujado pelo *capitalismo financeiro* (em que o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos e outras instituições financeiras), o que originou a concentração de empresas e enormes complexos industriais. Dessa forma, surgiram grandes conglomerados econômicos: os trustes, os cartéis e os *holdings*. O crescimento desenfreado da indústria gerou excedente de produção, em choque com o desemprego tecnológico causado pelo uso crescente das máquinas. Visando manter o ritmo de desenvolvimento, as grandes potências necessitavam de mercados. Surgiu, assim, uma expansão imperialista que atingiu principalmente a África e a Ásia – palco de disputas na divisão do mercado mundial.

1.3. A “corrida de obstáculos”

A razão básica da colonização era econômica. Uma vez que vários países europeus passavam pela Revolução industrial, eram necessárias matérias-primas essenciais para a industrialização, tais como carvão, ferro e petróleo; gêneros alimentícios, normalmente carentes na Europa; mercados consumidores para os excedentes industriais; e locais para o investimento de capitais disponíveis, principalmente na exploração de minas e na construção de estradas de ferro. Em termos sociais, a colonização era uma válvula de escape para a pressão demográfica. Na esfera política, o motivo essencial era a preocupação dos Estados europeus em aumentar seus contingentes militares. Os países escolhidos foram colonizados, mas sem que a dominação e a divisão territorial levassem em conta as diferenças étnicas e culturais desses povos.

“O imperialismo nutre-se [...] de impulsos ideológicos, mas que não deixam de se escorar em objetivos mais materiais” (FERRO, 2002: 30), os quais estão na origem da

formulação mais difundida dessa política colonial em sua nova versão. Como expõe Jules Ferry:

A política colonial é filha da política industrial. Para os Estados ricos [...] a exportação é um fator essencial da prosperidade pública [...] Se tivesse sido possível estabelecer, entre as nações manufatureiras, algo como uma divisão do trabalho industrial, uma repartição segundo as aptidões [...], a Europa poderia não ter ido buscar fora das próprias fronteiras mercados para a sua produção. Mas todo mundo quer fiar, forjar, destilar, fabricar açúcar e exportá-lo (FERRY apud FERRO, 2002: 30).

Portanto, como completa Marc Ferro, com o advento das novas potências industriais o que comanda a expansão ultramarina é a necessidade.

Jules Ferry escreve ainda, em “Cinq ans après”, o primeiro capítulo de seu livro de 1890 sobre *Le Tonkin et la mère patrie*: “Um movimento irresistível leva as grandes nações européias à conquista das terras novas. É como uma imensa steeple-chase na rota do desconhecido” (FERRY apud BRUNSCHWIG, 2004: 111).

Marc Ferro define como uma das características atribuídas ao imperialismo a “bulimia territorial”, cuja manifestação mais visível constituiu a partilha da África, em 1885-1890. Para as potências rivais – França, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Bélgica –, tratava-se de conseguir o máximo possível de territórios, a fim de prevenir qualquer tentativa do rival, um dia, apropriar-se deles. Foi o que se chamou de “*corrida de obstáculos*” (FERRO, 2002: 27).

Henri Brunschwig explana que a mais antiga menção ao termo em sua acepção política se acha em “L’Afrique explorée et civilisée”, artigo de Charles Faure publicado na *Revue Genevoise* de janeiro de 1884, em que o autor comenta que “a preparação tomava o caráter de uma verdadeira corrida de obstáculos. Cabia [...] a quem chegasse primeiro hastear o seu pavilhão sobre tal ou qual ponto da costa da África ainda não possuído por uma das nações da Europa” (FAURE apud BRUNSCHWIG, 2004: 111).

No entanto, apoderar-se de territórios sem dono antes que os outros lhes passem a mão é atitude criticada com os mesmos argumentos tanto na época colonial como na época imperialista. Como apontam Marc Ferro e Henri Brunschwig, Jean Jacques Rousseau já condenava as *ocupações fictícias*, e escreveu em *Contrato Social*, em 1762, que para garantir sobre qualquer extensão de terra o direito de primeira ocupação, é necessário que se tome posse, não com uma vã cerimônia, mas com o trabalho e a cultura, único signo de propriedade que, na falta de títulos jurídicos, deve ser respeitado por outrem.

1.4 A Partilha da África negra

“A partilha de um país ocorre quando várias potências estrangeiras se põem de acordo para colocá-lo, inteira ou parcialmente, sob sua soberania. Isso supõe, portanto, rivalidades e negociações entre os partilhantes e a incapacidade de resistir por parte do dividido” (BRUNSCHWIG, 2004: 13).

Segundo COMITINI, o mapa-múndi sofreu novas alterações em consequência das disputas entre os países europeus pelas terras africanas. Terras que antes pertenciam somente aos portugueses passaram às mãos de franceses. Os ingleses também pegaram seu quinhão, e os espanhóis não ficaram atrás, assim como belgas, holandeses, alemães, italianos, entre outros.

Nada faz duvidar, como coloca Henri Brunschwig, que a superioridade de armamentos tenha sido a causa principal do sucesso dos europeus. Mas o motivo para o êxito ter sido rápido, apesar da vantagem dos africanos em relação ao conhecimento da região e a adaptação ao clima, é que a conquista colonial interveio num momento em que a instabilidade dos grandes Estados africanos tinha habituado os espíritos a freqüentes mutações políticas. Uma série de divisões entre africanos, de elaboração de grandes impérios sempre efêmeros, tinha, de longa data, predisposto as populações a duvidar da perenidade desses Estados. *“Desde então elas se submetiam facilmente, se revoltavam igualmente, consideravam os domínios estrangeiros como uma mudança política normal”* (BRUNSCHWIG, 2004: 107-8).

Em 1830 a França deu o primeiro passo na conquista da África. Seus exércitos iniciaram a conquista da Argélia, processo que se completou somente em 1857. Leopoldo II, rei da Bélgica, cujo sonho era reunir ao título de Rei dos belgas o de soberano de um Estado negro, como exprime BRUNSCHWIG, deu novo impulso ao colonialismo. Em 1876, reuniu em Bruxelas um congresso de líderes políticos no intuito de difundir, segundo ele, a civilização ocidental. Enquanto tratava de aparentar atitudes humanitárias, ele se dizia decidido a *“não deixar escapar uma ocasião de proporcionar [-se] uma fatia desse magnífico bolo africano”* (M'BOKOLO, 2004: 506).

Rapidamente, os países europeus se lançaram à África. A França conquistou a Argélia, a Tunísia, a África Equatorial, a Costa da Somália, Madagascar; os ingleses anexaram a Rodésia (Zimbábue), a União Sul-Africana, a Nigéria, a Costa do Ouro (Gana), a Serra Leoa; a Alemanha, que entrou tardiamente na corrida colonial, adquiriu apenas Camerum (Camarões), África Sudoeste e África Oriental; a Itália anexou o litoral da Líbia, a Eritreia e a Somália. Os antigos colonizadores da Europa, Portugal e Espanha, ficaram com porções reduzidas: a Espanha, com o Marrocos Espanhol, o Rio do Ouro e a Guiné espanhola; Portugal com Moçambique, Angola e Guiné Portuguesa.

A Conferência de Berlim (1884-5), convocada pelo primeiro-ministro alemão Otto von Bismarck, que, além de querer confirmar seu próprio papel de árbitro nos conflitos internacionais, pretendia participar do rateio dos despojos, foi o marco fundamental na corrida colonialista (FERRO, 2002: 99). Sua função foi legalizar a propriedade pessoal do rei Leopoldo II, da Bélgica, sobre o Estado Livre do Congo e estabelecer as regras da partilha da África entre as principais potências imperialistas. Catorze delas participaram da Conferência de Berlim, em que se estabeleceu um “acordo de cavalheiros”, como aponta Marc Ferro: *“cada potência européia comprometia-se a não fazer mais aquisições selvagens sem notificar as outras [...] Os povos ou reis africanos [...] não foram sequer consultados ou informados de todas essas discussões”* (FERRO, 2002: 101).

Segundo BRUNSCHWIG, a Conferência não partilhou a África, mas os prazos observados para permitir que Leopoldo II precisasse os limites do Estado Independente. O principal beneficiário foi o rei Leopoldo, tendo sido reconhecido por todos o título que se atribuiu a ele, de soberano proprietário do Congo. A constituição de um Estado livre era necessária para dar legitimidade à empresa, assegurando a prosperidade e o desenvolvimento da mesma. Chegou-se a um acordo em termos vagos: *“As potências reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios ocupados por elas nas costas do continente africano, a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar direitos adquiridos e a liberdade de comércio e de trânsito”* (BRUNSCHWIG, 2004: 45). Assim, o novo Estado do Congo tornou-se um dos principais guardiães da obra tencionada pelas potências.

A ata geral [da Conferência de Berlim], assinada “em nome de Deus onipotente”, por Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suécia, mas também pelo Império otomano e pelos Estados Unidos da América, destacava-se por uma retórica “civilizadora” e “humanitária” que jamais encontrou aplicações no continente em questão [...] o artigo 6 da ata geral toma o cuidado de precisar as “disposições relativas à proteção dos autóctones, dos missionários e dos viajantes, assim como a liberdade religiosa”: “todas as potências que exerçam direitos de soberania ou uma influência nos mencionados territórios, comprometem-se a velar pela conservação das populações autóctones e pelo aperfeiçoamento de suas condições morais e materiais de existência” (M'BOKOLO, 2004: 506).

M'BOKOLO sugere que, todavia, aquilo que todos tinham em mente não era a pretensa missão civilizadora, mas sim interesses bem definidos do comércio e da economia de cada um dos Estados. FERRO concorda com a idéia de que a Conferência de Berlim somente formulou as regras do jogo e não oficializou realmente a partilha da África negra, pois cada potência européia saía em disparada para hastear sua bandeira no maior número

possível de territórios. Tendo a África dividida, o que viria a seguir seria a sua colonização. “Se em Berlim a ‘divisão’ foi um mito, na África os sonhos de conquista tornaram-se realidade” (FERRO, 2002: 102).

De acordo com Kwame N’Krumah, o vasto continente trouxe lucros fabulosos ao capitalismo ocidental, primeiro através do comércio do seu povo e depois através da exploração capitalista. Este enriquecimento de um lado do mundo pela exploração de outro deixou a economia africana sem meios para se industrializar (N’KRUMAH, 1967: 7). Conforme Relatório da Comissão Econômica das Nações Unidas de 1962, a brecha entre os continentes separados pelo Mediterrâneo se alargou mais durante o século XX do que jamais acontecera antes.

A África é um paradoxo que ilustra e coloca em evidência o colonialismo. Sua terra é rica e no entanto os produtos que vem do seu solo e do seu subsolo continuam a enriquecer, não predominantemente os africanos, mas grupos e indivíduos que trabalham para o empobrecimento da África (N’KRUMAH, 1967: 1).

Segundo COQUERY-VIDROVITCH, a intensa atividade da região, muito dependente do capitalismo europeu, foi de lucro pequeno, se não nulo, para os africanos. As razias intensificadas tornaram o interior do continente um campo de banditismo. A desorganização das estruturas políticas anteriores alcançou o auge. Em troca dos homens e do marfim, certos chefes acumularam fortunas desmedidas. Porém, a economia de tráfico que os monopolizava tornava-os inaptos para investimentos de produção próprios ao desenvolvimento econômico.

2. O Congo Belga

2.1 Aspectos gerais

“O descobrimento do Congo atraiu, repentinamente, a cobiça dos europeus” (BRUNSCHWIG, 2004: 28). Localizado no coração da África, o antigo Congo Belga, chamado posteriormente de Zaire e a atual República Democrática do Congo, é o segundo país africano em extensão territorial depois do Sudão. Propriedade particular do rei Leopoldo II, possuía grande valor: seu vasto território era rico em cobalto, ferro, potássio e diamantes. Foi com a Conferência de Berlim que nasceu o Estado Independente do Congo, tornado a seguir Congo Belga.

Como aponta N’KRUMAH, a produção de minerais se destaca no Congo. Segundo os Anuários Estatísticos das Nações Unidas, no período posterior à guerra, de 1947 a 1959,

a produção de diamantes cresceu de 5.475.000 para 14.854.000 quilates. Também em 1959, sua produção de cobre e estanho era de, respectivamente, 280.000 e 9.337 toneladas. A mineração demonstrou ser uma aventura muito lucrativa para o investimento de capital estrangeiro na África. Seus benefícios para os africanos, no entanto, foram insignificantes.

As grandes potências coloniais conseguiram monopolizar a produção de matérias-primas agrícolas e industriais e o comércio exterior nos territórios que estavam devidamente sujeitos a elas. Devido às íntimas ligações das instituições bancárias belgas com casas internacionais como Rothschild, Lazard Frères e Schroder, ligados por sua vez aos grupos Morgan e Rockefeller, o domínio financeiro da Bélgica sobre o Congo era partilhado com a finança britânica, francesa e norte-americana (N'KRUMAH, 1967: 45).

2.2 O colonialismo de Leopoldo II

Até 1908 o Congo era tratado como propriedade pessoal do Rei dos belgas, e somente naquele ano tornou-se uma colônia da Bélgica. Com tantas riquezas naturais à disposição, os belgas resistiram com uma forte repressão ao movimento de independência do Congo. A exploração dos recursos econômicos do país durante o domínio de Leopoldo II constitui um dos eventos mais sangrentos da história contemporânea, e a colonização leopoldiana uma das mais arcaicas e violentas formas da presença estrangeira na África (M'BOKOLO, 2004: 505).

Para caracterizar o colonialismo leopoldiano, as mais diversas fontes utilizam os conceitos mais evocadores para a época: *curse* (“maldição”), *slave state* (“Estado escravagista”), *rubber slavery* (“escravidão da borracha”), crime, pilhagem... Hoje não mais se hesita em falar de genocídio e de holocausto (FERRO, 2004: 502).

“Leopoldo II era conhecido como admirador dos resultados da colonização holandesa; a seu ver, pouco importavam os métodos – expropriações maciças e trabalho forçado em larga escala [...]” (M'BOKOLO, 2004: 506). Segundo M'Bokolo, considerando-se as proporções do território congolês, oitenta vezes maior do que a Bélgica, era preciso cada vez mais dinheiro para adequar-se às exigências da Conferência de Berlim. Assim, Leopoldo II precisou investir uma parte dos rendimentos de sua fortuna (11,5 milhões de francos-ouro de 1878 a 1908) e solicitar empréstimos à Bélgica na importância de 25 milhões em 1890 e 6,8 milhões em 1895.

O sistema implantado devia permitir que o rei recuperasse seu investimento e obtivesse lucros substanciais, como deve acontecer em um bom negócio, e repousava

sobre vários pilares: a eliminação de empresas privadas em proveito do Estado; o confisco das terras dos autóctones; o monopólio do Estado sobre os produtos mais rentáveis. Posteriormente, em 1891, as populações foram proibidas de caçar elefantes e de explorar a seringueira, exceto se o marfim e a borracha fossem entregues às autoridades do Estado (M'BOKOLO, 2004: 507).

Segundo M'BOKOLO, o Congo serviu de referência e modelo para as colônias vizinhas devido às suas principais características. Entre elas aponta-se: organização em larga escala de uma economia concessionária de pilhagem; emprego de sistema generalizado de repressão; desorganização e sofrimentos resultantes disso para as populações locais; e os colossais lucros obtidos pelos iniciadores desse empreendimento.

3. O autor de *Tintim* e sua obra

3.1 Hergé: biografia resumida

Georges Rémi, “nome mágico para os quadrinhos europeus e particularmente da escola franco-belga” (GOIDANICH, 1990: 164), criou Tintim, um dos personagens mais famosos do mundo dos quadrinhos. Segundo MOYA, G. Rémi, nascido em 22 de maio de 1907, próximo a Bruxelas, cresceu nos subúrbios de Marolles, no setor operário. Praticamente criou a profissão de desenhista na Bélgica, e foi considerado o mais importante desenhista europeu de todos os tempos. Certa vez declarou: “quando criança, eu deveria me tornar um clérigo ou um fotógrafo, pois na Bélgica não existia o trabalho de desenhista” (HERGÉ apud MOYA, 1993: 61).

Georges Rémi passou a assinar os seus desenhos com o nome Hergé a partir de 1924, quando participava dos Escoteiros Católicos Belgas. Criou para essa organização, sem nunca ter feito curso algum, *Totor, C.P. des Hanneltons*, onde se encontrariam alguns traços de Tintim (GOIDANICH, 1990: 164). Seu pseudônimo deriva da inversão de suas iniciais, na maneira como se pronunciam na França (Remi, Georges). No ano de 1925, após deixar a escola, foi contratado pela revista *Le Vingtième Siècle*, publicação católica-direitista da Bélgica, o que seria o seu primeiro trabalho. Em 1928, após prestar serviço militar, foi nomeado editor-chefe do suplemento semanal da publicação, destinado ao público infantil, o *Le Petit Vingtième*, aonde “nasceriam”, em 10 de janeiro de 1929, Tintim e Milu. Assim começaram as aventuras do jovem repórter e seu cão no país dos Soviéticos. A primeira história era tão primária e reacionária que o autor permitiu a sua reedição em álbuns somente no final da vida. Mas Tintim e Milu tornaram-se ídolos das crianças belgas,

fenômeno que se disseminou em países como França, Holanda, Espanha, Itália e outros (GOIDANICH, 1990: 164).

De acordo com MOYA, Hergé morreu com leucemia em três de março de 1983, no Hospital Saint Luc, em Bruxelas; GOIDANICH aponta que os problemas de saúde já debilitavam há muitos anos o belga, que ao falecer deixou incompleta uma nova aventura de *Tintim*. Deve-se a Hergé a criação de um estilo que não só marcou a maioria dos seus precursores, mas criou, principalmente, os diferenciais básicos entre os quadrinhos do Velho Mundo e os norte-americanos. Não só deixou admiradores em todo o mundo dos quadrinhos, mas seguidores de um estilo que deu força, vigor e inventividade aos quadrinhos europeus.

Ana Dani, em colaboração para a *Folha de São Paulo*, escreveu um pouco sobre Hergé: “Ao longo dos 23 álbuns, *Tintim* passa pela Guerra do Chaco, pela Revolução Russa, pela Guerra Fria e até antecipa a primeira viagem do homem à Lua”. E quanto ao estilo adotado pelo belga, DANI prossegue: “Hergé influenciou toda uma geração de desenhistas com um estilo que ficou conhecido por linha clara, marcado por traços simples e de espessura regular, idênticos para todos os elementos do desenho, e pela quase total ausência de sombras”.

3.2 *Tintim*: sua importância e seu contexto histórico

Segundo BIBE-LUYTEN, os quadrinhos marcam os acontecimentos do século XX da nossa civilização, e suas histórias são excelente veículo de mensagens ideológicas e de crítica social, explícita ou implicitamente. É considerável a influência que as Histórias em Quadrinhos exerceram nas pessoas, tanto no Ocidente como no Oriente, e como elas ultrapassaram a condição de instrumento de consumo para tornarem-se símbolo da civilização contemporânea.

De acordo com a autora, o gênero “Aventura” viu seu auge nos Estados Unidos durante o decênio de 1920, e entende-se por aventura um desejo de evasão e a criação de mitos, de heróis positivos, revelando uma necessidade decorrente da crise sem precedentes ocasionada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque: a criação de modelos humanos nos quais a conduta humana deveria se inspirar. Já na Europa, a aventura segue por outros caminhos. Com a criação de *Tintim*, que surgiu em 1929, “*inicia-se a Escola de Bruxelas, um centro criador de quadrinhos na Europa, de onde, mais tarde, surgiram outras histórias excepcionais como Asterix e Lucky Luke*” (BIBE-LUYTEN, 1985: 28).

MOYA complementa, explanando que *Tintim* se tornou grande sucesso internacional e o deflagrador da “escola belga” de quadrinhos, influenciando os franceses. Sua primeira

história, *Tintim no País dos Sovietes (Les Aventures de Tintin, reporter du “Petit Vingtième” au Pays des Soviets)*, era uma obra anticomunista. O sucesso levou-o ao Congo Belga, numa história evidentemente colonialista. O anúncio da terceira história, que se passaria na China, teve a assessoria de um padre que a visitara e alertou o autor para cuidar melhor de conhecer o país retratado. *Lótus Azul* marca uma virada, pois o anúncio de que Tintim iria para a China trouxe uma revista com forte sátira política em que os problemas assumidos influenciariam todas as outras obras. A partir daí, suas pesquisas de texto e visualização dos países envolvidos nas aventuras de Tintim passaram a ser realistas e cuidadas (MOYA, 1993: 61).

Ao longo das vinte e três revistas do jovem herói, Hergé “destilou 50 anos de política, de guerras [...]. Pode-se estudar a história do século XX através de Tintim”¹. As histórias de Hergé, que mesclam aventura e humor, envolviam paisagens reais, situações políticas contemporâneas, e figuras coadjuvantes de primeira qualidade (GOIDANICH, 1990: 165).

Tintim “luta pela justiça, é o jovem que conserta o mundo”². O jovem repórter católico e loiro era sempre acompanhado pelo seu fiel *fox terrier* Milu. Como aponta Álvaro de Moya, além deles, Hergé criou várias outras personagens inesquecíveis na historieta, como os irmãos gêmeos detetives Dupont e Dupond, o gênio do mal Rastapopoulos, o incurável conspirador General Alcazar, a cantora de ópera Bianca Castafiore, o irascível capitão Haddock e o surdo professor Girassol (MOYA, 1993: 62).

Segundo o documentário *Tintin et moi*, de Anders Østergaard, na época de *Tintim na África (Les Aventures de Tintin, reporter du Petit Vingtième au Congo)*, publicado originalmente entre junho de 1930 e junho de 1931, Hergé era muito influenciado por seu padrão, o abade Wallez, admirador de Hitler e do fascismo italiano. Wallez decidiu que os jovens belgas precisavam saber mais a respeito dos valores do colonialismo. Dessa maneira, o desenhista foi instruído a mostrar aos belgas como os nativos congolenses foram introduzidos à civilização. Do início ao fim da obra, podemos testemunhar manifestações que promovem o colonialismo. Tintim, por exemplo, mostra uma postura de desprezo para com os nativos. Em 1946, visto que Hergé reeditou a história, essa atitude foi suavizada, embora não tenha desaparecido.

4. Tintim na África

¹ “Tintin et moi” (2004). Direção: Anders Østergaard.

² Idem.

4.1 Resumo da história

O jovem repórter belga é enviado ao Congo, valioso Estado neocolonial da Bélgica. Tão logo desembarca, junto de seu cão Milu, é recebido com alegria pelos congolenses. O belga aluga um carro, um *Ford* modelo 1910, e parte pelo país. Junto do menino Coco, seu assistente africano, Tintim vai caçar, e passa vários quadrinhos dessa forma. Mais tarde chega ao reino dos Babaoro'm e é nomeado chefe da aldeia após desmascarar Muganga, o insidioso feiticeiro chefe. Quando descobre a tribo dos m'Hatouvou, rival da anterior, o rapaz acaba sendo escolhido, novamente, como o novo líder desta outra aldeia.

Todos os africanos conhecem Tintim. O repórter passa por uma missão cristã, encontra os pigmeus congolenses, e acaba confrontando capangas de Al Capone, o gângster de Chicago que decidiu, no intuito de aumentar seus rendimentos, controlar a produção de diamantes na África. O belga vence os malfeitores e retorna à Europa logo em seguida, após ter sido salvo por um avião biplano de uma manada de búfalos selvagens. Tintim e Milu são lembrados com saudade pelos nativos, que passam a adorá-los como divindades.

4.2 A Representação do Congo em *Tintim*

Tara Jacob expõe em seu artigo que as primeiras histórias do belga possuem, decerto, uma visão tendenciosa quanto aos locais para onde o repórter viaja. Em *Tintim no país dos Sovietes*, do ano de 1930, os russos são impiedosos comunistas, e em *Tintim na América*, de 1932, os nativos americanos dançam ritmos de guerra ao redor de reféns brancos raptados amarrados em estacas. Nessas obras as imagens foram criadas sem análise. Em *Tintim na África*, vê-se o domínio belga como o único modo pelo qual os africanos podiam levar suas vidas³. A obra em questão é um simples retrato dos tempos coloniais e da visão paternalista que existia na Bélgica no início da década de 1930. Como declarou o próprio Hergé: “*Eu admito que os meus primeiros livros são típicos da mentalidade burguesa belga da época*” (JACOB, 2007).

O território do Congo é conhecido por possuir ampla diversidade de espécies animais, e Tintim não demonstra respeito para com a fauna local. Hergé permite que ele mate 13 antílopes, um macaco (cuja pele o repórter arranca em seguida), uma jibóia-constritora (sendo curioso o fato de não existir na África a espécie *boa constrictor*, cujo hábitat são as áreas tropicais da América Central e do Sul, como nos é informado em artigo da *National Geographic*), e um búfalo-africano, além de maltratar um leopardo, um crocodilo, uma serpente e outro macaco. No final da história, Tintim chega a tirar a vida de um

³ “Tintin et moi” (2004). Direção: Anders Østergaard.

rinoceronte fazendo uso de pólvora. O belga perfura as costas do animal, depositando no orifício o explosivo em pó. Seu intuito era o de levar para casa um troféu de caça, porém o rinoceronte explode inteiro, restando dele somente o chifre, uma das patas dianteiras e alguns pedaços espalhados pelo chão. Essa página foi alterada em 1975 nas edições escandinavas, em que o animal foge, mas permanece a mesma nas versões francesas e dos outros locais.

Sinais de europeização permeiam *Tintim na África*. Em diversas passagens, pode-se perceber que os congolenses vestem-se à moda européia, ou usam acessórios e peças de roupas européias, o que remete à imposição das manufaturas da Bélgica enquanto potência imperialista ao seu Estado neocolonial e que denota o controle neocolonialista através de meios econômicos. De acordo com FERRO, a melhoria do padrão de vida dos nativos na época da colonização foi medida somente por critérios definidos pelo colonizador. A existência de estradas de ferro, por exemplo, como se vê na página 22 de *Tintim na África*, servia para o escoamento de minerais. Em resumo, as grandes obras coletivas beneficiavam sobretudo os colonizadores: ferrovias, rodovias, minas, portos, etc., serviam prioritariamente aos seus interesses (FERRO, 2002: 151-2).

Há, ainda, a presença de armamentos europeus entre os nativos, como fuzis, revelando a ajuda militar recebida. Na página 31 de *Tintim na África*, o líder dos m'Hatouvou se mostra orgulhoso de suas tropas, exprimindo as palavras: “*meu exército, equipado à européia, treinado como está, dará cabo facilmente dos Babaoro'm*” (HERGÉ, 1970: 31). Segundo COQUERY-VIDROVITCH, essas armas, que vinham da Europa industrial e ocupavam o primeiro lugar entre as melhores mercadorias que abasteceram o comércio do oceano Índico,

[...] embora fossem de qualidade inferior à daquelas que os ocidentais utilizavam, não deixaram de provocar guerras e desequilíbrios internos cada vez maiores. Essas destruições e esses massacres pavimentaram no fim do século o caminho da colonização européia, tanto mais facilmente quanto a economia ocidental já revelava todo o seu peso, havia pelo menos três quartos de século (COQUERY-VIDROVITCH, 2004: 537).

4.2.1 A supremacia do homem branco

De acordo com Marc Ferro, o imperialismo deu substância e vida às teorias raciais, que por certo já existiam antes da colonização. O momento em que se modelava a vontade de criar, de recobrar, ou de manter a grandeza nacional através da competição colonial (COQUERY-VIDROVITCH, 2004: 773), foi oportuno para que as teorias raciais viessem justificar as ambições políticas e estratégicas internacionais, para apoiar as ambições

econômicas ultramarinas, promessas de investimentos e de lucros, e para dar novo impulso à ação missionária de cristianização. Como explica Mary Nash com propriedade:

O discurso em torno da raça como princípio explicativo de uma ordem sócio-política hierarquizada se converteu em um imaginário coletivo popular de ampla ressonância e em um valor chave da cultura ocidental a partir do século XIX e, como tal, em meio a controle social em muitos países europeus e também de legitimação de uma ordem política internacional. A representação cultural da diferença em termos de categorias raciais torna-se evidente no discurso colonial e imperial que caracterizava o Outro – os povos colonizados – em grupos étnicos de natureza supostamente inferior. Frente a isso, o homem branco, categorizado como de raça superior, devia, nas palavras do poeta Kipling, assumir a carga do homem branco (“the White man’s burden”) de “civilizar” os povos colonizados. O discurso de raça consolidava a mentalidade colonial e justificava a expansão imperial dos países ocidentais a nível mundial (NASH, 2005).

Logo, a idéia de superioridade racial dos homens brancos, ou seja, a supervalorização destes em detrimento dos homens não-brancos, foi uma justificativa usada pelos europeus para explicar a política imperialista. Como sintetiza Elikia M'Bokolo, a partir dessa crença Leopoldo II e seus agentes quiseram justificar, em nome dos imperativos do “progresso”, o recurso sistemático à coação e à violência contra os africanos. Em *Tintim na África*, o africano é visto como um indivíduo tribal, passivo, ingênuo e em condição de servo do colonizador europeu.

Desde o início do século XX, em Moçambique, por exemplo, o sistema de relações intergrupais configurava-se por uma série de leis e decretos que constituíam o regime administrativo e judicial conhecido como Indigenato. A partir dele, 99% da População africana designavam-se legalmente com o nome de “nativos”, classificação equivalente ao de um menor ou tutelado. Então, ser indígena significava estar legalmente sem cidadania e efetivamente sem direitos civis. Os africanos estavam sujeitos a detalhado conjunto de controles administrativos que prescrevia: limites à liberdade de movimentos, prendendo-os a profissões e salários inferiores; internação em escolas separadas, onde se aplicava o ensino em língua estrangeira; sujeição a espancamentos arbitrários e a confinamentos perpétuos em colônias penais e a trabalhos forçados em plantações, rodovias, ferrovias (COMITINI, 1980: 12-13).

Em uma análise de *Tintim na África*, pode-se perceber que Tintim se dirige aos negros usando sempre o modo imperativo. O tratamento que Coco, assistente nativo do repórter, dá a Tintim de “meu sinhô” contribui para a ingenuidade da personagem, assim como a dificuldade manifesta de corresponder eficazmente às ordens recebidas. Esta é uma representação simbólica, etnocêntrica, formada pelos colonizadores, e que promove a construção de estereótipos degradantes do colonizado (CAMPOS, 1988: 89).

O paternalismo, sistema social de relações entre o chefe e os seus subordinados segundo uma concepção patriarcal da autoridade, também é evidente em diversos momentos.

Alguns congolenses ficavam reduzidos a aceitar ofícios humilhantes (“*boys*” e servos dos brancos), como o exemplo supracitado de Coco, o ajudante designado a Tintim. Segundo FERRO, dentro desse contexto estão inseridos os intermediários locais do comércio euro-africano, que não possuíam mais o acesso privilegiado aos bens de consumo e nem prestígio vindos do Ocidente, pela desestruturação de suas sociedades pelas brutalidades estrangeiras.

Um dos últimos quadrinhos da página 23 de *Tintim na África* mostra o belga sendo transportado por quatro congolenses em uma cadeirinha, o que é um sinal distintivo do seu status superior. Como indica Mary C. Karash, escravos ou mulas serviam para transportar a maioria das coisas e das pessoas na cidade e no comércio interno, no caso do Rio de Janeiro do século XIX. Mas devido à escassez de animais de tração no Rio, a maioria dos cativos tinha de realizar algum tipo de carroto (KARASH, 2000: 267).

Tintim é visto como um “*branco bom*” e um chefe “*justo*” após apartar a briga de dois Babaoro'm que disputavam um chapéu de palha, na página 29 de *Tintim na África*. Pode-se perceber na obra que a maioria dos nativos usa chapéus. Para que se entenda o uso desse acessório, será traçado um paralelo entre os congolenses retratados em *Tintim* e os escravos do Rio de Janeiro no século XIX. Em primeiro lugar, segundo Mary C. Karash, a maioria dos escravos usava algum tipo de chapéu, que era um dos símbolos mais importantes de status na cidade. Serviam, também, como símbolo de status masculino.

A ênfase nos adornos de cabeça poderia ser considerada uma mera imitação de seus senhores [...], mas acontece que refletia também os valores de muitos africanos [...] e, em alguns casos, proclamavam suas filiações religiosas [...] Como alguns viajantes observaram em suas longas jornadas através de Angola, os chapéus ornamentados europeus trazidos da costa eram uma mania entre os soberanos e um símbolo de sua autoridade (KARASH, 2000: 304).

Grande parte dos nativos representados em *Tintim na África* usam chapéus, exceto os alunos da missão, alguns guerreiros e os pigmeus. O rei dos m'Hatouvou usa uma coroa de ouro, e o feiticeiro-chefe dos Babaoro'm uma panela decorada. Pode-se depreender que esse uso seja, talvez, uma imitação dos europeus, mas contém um caráter simbólico de status no interior da sociedade. Há, portanto, uma evidente europeização desses nativos, mas deve-se levar em conta o fato da Bélgica impor aos congolenses as suas manufaturas.

O jovem repórter belga é considerado, ainda, um “*grande feiticeiro*”, por ter curado a febre de um nativo, na página 30. Consoante a crença de sua esposa, a avaria era produto dos “*maus espíritos*” que estavam morando no corpo do enfermo. Tintim lança mão de uma pílula de quinino (sulfato de quinina extraído da casca da quina, designação comum a numerosas plantas nativas notáveis por suas propriedades antitérmicas) e o homem se cura instantaneamente. Segundo Marcos Boulos, esse foi o primeiro medicamento correntemente utilizado para tratar da malária⁴. De acordo com FERRO, o papel do médico é o de legitimar a presença do colono, e evocar seu papel, seus êxitos, sua função, seus limites. É, além de uma questão demográfica ou humana, uma questão política – recusada pela prática científica, que se proclama científica e nada mais. “*Aos poucos os médicos foram também cuidando dos nativos, e primeiro [...] dos que trabalhavam para os colonos; depois os serviços médicos estenderam-se a toda a população*” (FERRO, 2002: 161).

Segundo Marc Ferro, os benefícios da medicina ocidental devem ser avaliados a partir de outros dois pontos de vista: primeiramente, o dos pacientes nativos; em seguida, a medicina sofisticada que os colonizadores levaram consigo. No Congo, a erradicação da doença do sono proporciona um bom exemplo das interferências que podem surgir entre a colonização, a saúde dos habitantes locais e o esforço feito para curar as doenças e acabar com as epidemias.

Na página 50 de *Tintim na África*, o fox terrier Milu desaparece. Posteriormente, ao ser encontrado pelos pigmeus do Congo, é tido como rei da tribo. Na página 52, eles o colocam em um trono alto com uma coroa dourada na cabeça.

Os pigmeus compõem um dos povos mais antigos da África. Vivem entre Ruanda, Burundi, Uganda e a República Democrática do Congo, sendo os mbuti ou bambuti, ao que tudo indica, os habitantes mais antigos da região. São povos caçadores e coletores que em alguns dos casos se adaptam à pesca. O termo “pigmeu” é utilizado em antropologia para designar os integrantes de grupos em que os homens têm menos de 1,50m de altura. Os membros desses grupos vivem em pequenos bandos, que englobam de 10 a 25 famílias. Quase todos os povos pigmeus conhecidos mantêm relações simbióticas com as tribos mais adiantadas de sua região, adotando delas seus valores culturais.

Segundo artigo da Agência Fides, foi a partir da criação do Parque Nacional de Virunga em 1925, no Congo, que teve início o processo de afastamento desse povo de suas terras natais e de seus meios de subsistência. Tal processo prosseguiu por décadas, até que os nativos fossem expulsos das áreas restantes para dar lugar ao cultivo. Expulsos de

⁴ BOULOS, Marcos et al. Avaliação clínica do quinino para o tratamento de malária por *plasmodium falciparum*. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, nº 3, mai./jun. 1997.

seus territórios, os pigmeus tornaram-se dependentes de outras populações, e são considerados por elas seres inferiores, completamente marginalizados da vida social. Vivem em condições primitivas, em cabanas de bambu cobertas por folhas de banana. A música dos pigmeus é basicamente vocal, composta de ritmo e harmonia. Os famosos grupos da floresta de Ituri, no Congo, são praticamente os únicos preservados da aculturação.

Em *Tintim na África*, é nítido um menor grau de europeização dos pigmeus em relação aos reinos dos m’Hatouvou e dos Babaoro’m, uma vez que não vestem roupas européias e suas armas são lanças e escudos primitivos. Em relação aos pigmeus, o único indicativo de influências européias que pode ser encontrado em sua tribo é a banda composta por três desses nativos, vista em segundo plano, no quinto quadrinho da página 52. Os músicos tocam instrumentos europeus como trompete, tuba e tambor de gaita.

4.5.2 Embates entre o colonizador e os colonizados

Os seguintes trechos da obra descrevem o conflito entre a tecnologia do colonizador e a intercessão direta desta nas tradições culturais do colonizado:

Na página 28, Tintim põe os nativos para escutarem um gramofone. A gravação feita pelo repórter registrou algumas falas em que o feiticeiro demonstrara o seu verdadeiro sentimento em relação aos Babaoro’m, definido por ele como “*povo ignorante e estúpido*” (HERGÉ, 1970: 28). Os congolenses da tribo sentam-se ao redor do equipamento, escutam-no atentos, mas parecem não entender o que acontece. Um deles indaga: “o feiticeiro está aí dentro?”. Em seguida, o jovem repórter exhibe dentro de uma das cabanas um vídeo filmado por ele, revelando o momento em que o feiticeiro e seu comparsa, um dos capangas de Al Capone, partem a cabeça do fetiche sagrado com o propósito de incriminar Tintim. Furiosos, os nativos atiram flechas na imagem projetada. Ao desmascarar o feiticeiro, o belga, o “branco bom”, é escolhido como novo chefe dos Babaoro’m.

Na iminência de uma guerra entre os Babaoro’m e os m’Hatouvou, Tintim age em favor dos primeiros: ele instala um eletroímã atrás de uma árvore e permanece ao lado desta. No momento em que os guerreiros m’Hatouvou atiram flechas e lanças contra o jovem belga, a indução magnética do imã faz com que as armas, de ponta metálica, sejam atraídas por ele e atinjam a árvore. Um dos guerreiros exclama: “*o branco é tabu, chefe!... Não pode ser atingido pelas nossas flechas!... Ele é um grande feiticeiro!...*” (HERGÉ, 1970: 31). Os nativos não compreendem o fenômeno, e assim Tintim é escolhido o novo rei dos m’Hatouvou por ser um “*grande feiticeiro*”, e passa a ser conhecido como “*o-branco-que-não-é-atingido-por-flechas*”.

Segundo Ahmed Mohiddin, a cultura se encarrega de manter os povos unidos, e permite a eles utilizar a experiência, a sabedoria e a sofisticação acumuladas no passado. Se ela deve desempenhar suas funções legítimas de forma apropriada e efetiva, deve ser compartilhada e entendida pelas massas nativas dos povos. Logo, a cultura deve estar enraizada nas tradições e nos estilos de vida. Uma cultura imposta a partir do exterior, somente será entendida e terá sentido para aqueles que estão expostos sistematicamente à dita cultura. A característica de uma sociedade que adota uma cultura externa é a de estar dividida, é a adoção de formas de vida, de pensamento e padrões de consumo estrangeiros.

Ainda de acordo com MOHIDDIN, as conseqüências do impacto que o capitalismo europeu teve nas sociedades africanas colocaram suas economias sob o controle da Europa. O que se pretendia era que a África desempenhasse seu papel como fonte de matérias-primas e como mercado potencial para os bens manufaturados da Europa – os nativos deveriam ser, como foram, socializados com a finalidade de serem receptivos à incursão capitalista européia.

David Maybury-Lewis aponta que as culturas são com muita freqüência subjugadas e destruídas, e há muitas maneiras pelas quais se tentaram destruir as culturas nativas. Pode-se citar como ataques a elas a proibição de rituais e o rapto de crianças, medidas “etnocidas” que descrevem a ruptura dessas comunidades. Ao mesmo tempo em que os povos nativos buscam estratégias que permitam a sobrevivência de suas culturas, eles têm de enfrentar aqueles que insistem que essa sobrevivência deve ser impedida porque enfraquece o Estado. Alguns governos afirmam que conceder direitos aos indígenas prejudica o Estado, pois têm os povos indígenas como obstáculos ao desenvolvimento. Muitas vezes se diz que o Estado não pode tolerar “quistos étnicos” dentro dele.

4.2.2 As missões “civilizadoras” no Congo Belga

A conversão ao cristianismo e o processo educacional imposto pelos europeus aos povos africanos caracterizam a missionação, a partir da qual poderia se fazer dos nativos verdadeiros homens, proporcionando-lhes um outro estágio de civilização. O catolicismo expansionista e universalista aparece como força associada aos objetivos políticos e econômicos, como explica COMITINI. No ano de 1622, o papa Gregório XV ordenou a congregação dos monges capuchinhos para a propagação da fé cristã em terras africanas. Segundo Marc Ferro, na era do imperialismo há permanências que reproduzem a época das grandes conquistas coloniais. Porém, a partir de 1870 o sentimento geral é de que uma nova era começou.

Se o ideal colonial e a vocação missionária interpenetram-se, como nos séculos XVI e XVII, a novidade é, sem dúvida, que se opera uma ligeira evolução: agora, a cristianização é vista como um dever da civilização, pois a civilização só pode ser cristã. [...] Civilizar, colonizar, irradiar sua cultura, propagar-se, tais são os primeiros impulsos do imperialismo, sendo a colonização a “força de reprodução” de um povo pelos espaços (FERRO, 2002: 29).

Segundo MOHIDDIN, o objetivo dos missionários era, aparentemente, infundir a luz e o mundo de Deus; mas tinham também outros motivos, e alguns deles atuaram em nome de organizações cujos interesses eram bem mais monetários do que religiosos. A concepção européia de moralismo cristão e as disposições da vida dos europeus foram consideradas como dignas de serem ensinadas. A propriedade privada, a frugalidade, e a necessidade de economizar e acumular eram consideradas como sinônimos das verdadeiras virtudes cristãs. Assim, em sua decisão de educar e “salvar” os africanos, os missionários não somente modificaram as necessidades materiais dos nativos em função de capacitá-los para o trabalho por salários, mas também ensinaram a que Deus orar e a forma de fazê-lo (MOHIDDIN, 1978). COMITINI sugere que é interessante observar como os estrangeiros aplicavam os critérios “salvadores” para o povo africano (COMITINI, 1980: 12).

Em geral os teólogos africanos criticam severamente a missionação, que equiparam ao colonialismo. Jean-Marc Ela, expoente da Teologia Africana, diz que “a Europa interessou-se pela África apenas para criar escalas na rota das Índias e postos de escravos, não tendo tido um projeto profundo de evangelização do continente africano [...] Tratou-se de uma expansão que teve como causas principais a economia, a política e a cultura” (ELA apud MATUMONA, 2004). A maioria desses teólogos afirma que o cristianismo “bebeu” da violência do sistema colonial e surgiu como a nova potência que a África recebeu num clima de tensão, tendo produzido um modelo de religião expansionista e colonizadora. E a evangelização impôs-se, promovendo um clima de terror e destruindo a identidade e o orgulho do povo africano.

COQUERY-VIDROVITCH explica que o impulso da expansão colonialista na África foi acelerado e sustentado, entre 1885 e a Primeira Guerra Mundial, por uma propaganda imperial que lançou mão de todos os recursos.

Enquanto a imprensa colonialista e missionária se obstinava em demonstrar a crueldade e a ignorância dos povos a conquistar, os quais era preciso salvar da antropofagia e da escravidão e atrair à civilização, a relativa facilidade da conquista alimentou o desprezo por essas hordas incapazes de se defender, reforçando ainda mais os preconceitos raciais pelo sentimento de superioridade da “raça branca” (COQUERY-VIDROVITCH, 2004: 774).

Entre as páginas 37 e 40 de *Tintim na África*, Tintim chega a uma missão cristã. O frei responsável mostra a ele o local, mencionando a escola, o hospital e a capela no centro. Milu, o *fox terrier* do belga, manifesta palavras de exaltação às missões: “*que maravilha o trabalho dos missionários!*” (HERGÉ, 1970: 38). Na primeira versão da obra, de 1931, a aula geográfica e histórica que Tintim leciona na escola, a pedido do missionário que precisou se ausentar, tem como função engrandecer a potência imperialista: com um mapa do território belga no quadro-negro, explica aos alunos sobre “*vossa pátria, a Bélgica*”. Na versão posterior, esse quadrinho, o nono da página 38, é alterado, e Tintim passa a dar lições de aritmética.

Dessa forma, a finalidade da ação missionária era a de civilizar os pagãos cristianizando-os, e transmitir os valores da civilização europeia. Portanto, os missionários cooperaram para solidificar os cimentos iniciais e necessários impondo aos nativos as necessidades de obediência às formas e padrões de conduta europeia (MOHADDIN, 1978).

4.2.4 A exploração no Congo Belga

M'BOKOLO aponta que a economia do Estado Independente do Congo repousou inicialmente sobre o marfim – cuja exportação do Congo em 1900 era do montante de 330.491kg –, e, posteriormente, sobre a borracha – 3.492.392kg em 1909 – como principais produtos de exportação e principais fontes de taxas. A exploração do trabalho se baseava nesses métodos mais rudimentares de produção – a caça e a coleta. M'BOKOLO explica que, além do fornecimento obrigatório de marfim e borracha aos agentes do Estado e das companhias, os africanos viam-se submetidos a toda série de coações – trabalhos forçados, carregos, corvéias, entrega de víveres, pagamento de impostos e taxas.

Na Europa, desde a época de Bernini e Giovanni de Bologna, cujas esculturas de maior qualidade técnica do que artística marcaram o início de uma produção mais artesanal, o marfim era utilizado na decoração de móveis e na marchetaria. A crescente demanda de borracha, na virada do século XX, ajudou a financiar a exploração econômica do Congo, mas os abusos cometidos contra a população local provocaram tantos protestos que o Rei dos belgas foi forçado a conceder ao território um estatuto colonial, como o Congo Belga, em 1908.

Segundo Marc Ferro, foi no Congo que se estabeleceu o sistema de exploração mais duro em nome do marfim e da borracha. O trabalho forçado perpetuou-se ali por longos decênios, beneficiando tanto os chefes africanos quanto os seus sócios. Tal prática levou ao despovoamento de províncias inteiras, sendo um dos causadores disso a constante pressão da administração colonial e das firmas particulares que, fundadas no fim do século XIX,

agiam impunemente. Os trabalhadores, cujo esforço assumia a forma de um alistamento militar global para toda uma aldeia e era pago com ínfima remuneração, “podiam ser mandados para um local situado até várias centenas de quilômetros de sua moradia, sem indenização em caso de ferimento, de doença, de morte” (FERRO, 2002: 160). Podiam, ainda, “ser requisitados para serviços de interesse geral ou local: transporte de carga, obras públicas [...] constituíam as tarefas tradicionais” (Idem). Algumas dessas exigências podiam ser combinadas com a obrigação de plantio de culturas como algodão, rícino e café. Como aponta N’KRUMAH, nos países mais explorados na África e com maior número de colonos – Argélia, Congo, Quênia, Marrocos, Rodésia, Malawi, África do Sul, Tanganica –, predomina a agricultura.

Na página 44 de *Tintim na África*, o belga leva como troféus as presas de marfim de um elefante abatido acidentalmente por um macaco que roubara a sua espingarda. Segundo M’BOKOLO, a predominância quase exclusiva do marfim e da borracha levou ao roubo violento dos tesouros de marfim acumulados pelas linhagens com fins de troca simbólica, ao massacre dos rebanhos de elefantes, ao esgotamento das seringueiras e, por fim, a um empobrecimento da economia colonial, que não soube dotar-se de meios de substituição. Na página 60, Tintim depara-se com árvores-da-borracha. A extração do látex ocasionou mecanismos violentos. Embora as instruções tenham sido orais, com maior frequência, não deixam dúvidas:

Tenho a honra de levar ao seu conhecimento que o senhor deve providenciar a entrega, a partir de 1° de janeiro de 1899, de 4 mil quilos de borracha. Para isso, dispõe de carta branca. Tente primeiro com suavidade, mas, se os autóctones persistirem em recusar as taxas reclamadas pelo Estado, empregue a força pelas armas (MERLIER apud M’BOKOLO, 2004: 512)⁵.

Considerações finais

Elementos e manifestações colonialistas podem ser identificados do começo ao fim de *Tintim na África*: a relação paternalista do europeu para com os africanos, representantes de outra etnia; a mentalidade burguesa ligada à industrialização crescente e em processamento desde o século XVIII; a visão do europeu, branco e colonizador, em relação ao Outro, não-branco e colonizado; o ideal “civilizador” e “humanitário” da aculturação empreendida pelos missionários cristãos, cujos desígnios não eram tão belos e filantropos

⁵ Instrução destinada a um chefe de posto. Citado in MERLIER, M. *Le Congo de la Colonisation Belge à l’indépendance*. Paris: Cahies Libres, n° 32-33, 1962: 28.

quanto foram pintados pelo falante cão Milu, mas sim voltados a interesses econômicos; a exploração das matérias-primas em solo congolês; a imposição dos produtos manufaturados belgas aos povos nativos...

No entanto, devemos ver os trabalhos de Hergé como produtos de sua época. Tendo sido um dos mais importantes desenhistas da Europa, e são inegáveis as suas contribuições para os quadrinhos, as suas obras, além de retratarem o mundo no século XX, registram diversos acontecimentos históricos relevantes e situações políticas contemporâneas. No período em que *Tintim na África* foi lançado, o Congo ainda não havia conquistado a sua independência e mantinha-se na condição de valiosa e promissora colônia da Bélgica. O abade Wallez, patrão de Hergé durante aqueles tempos, desempenhou papel fundamental enquanto agente influenciador dos trabalhos do desenhista. Wallez revelava uma ideologia favorável ao imperialismo, numa época em que ia se consolidando a entrada em cena de Hitler, na Alemanha, e do fascismo italiano. As teorias raciais estavam em voga, e o que se poderia criticar em Hergé, atualmente, é a maneira como retratou os africanos. Entretanto, a construção dos nativos da África, em sua segunda obra, é reflexo do contexto histórico no qual se insere o desenhista, um período marcado pela postura colonialista, pelos estereótipos burgueses, pelo espírito paternalista, e pelos típicos discursos disseminados nas potências européias.

Em resumo, Hergé deve ser visto, sim, como um cidadão de sua época, o efervescente e acelerado início do século XX; e um típico filho de sua terra, a Bélgica industrial, capitalista e colonizadora. Não que ele fosse um veemente defensor do imperialismo, nem que infundisse em seus desenhos, de maneira premeditada, exaltações sectárias a este. Mas pela ausência de análise acurada dos primeiros países que o repórter Tintim visitou, descritos nos trabalhos iniciais do desenhista e fato que ele próprio admitiu posteriormente, Hergé transferia às suas obras e aos seus personagens a mentalidade presente no imaginário da sociedade belga no início da década de 1930. Fazendo, dessa maneira, com que obras como *Tintim na África*, bem como o primeiro álbum de Tintim, fossem marcados por uma forte visão colonialista e eurocentrista do mundo.

Referências bibliográficas

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A revolução industrial*. São Paulo: Ática, 1991.

BIBE-LUYTEN, Sonia M. *O que é história em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOULOS, Marcos et al. Avaliação clínica do quinino para o tratamento de malária por *Plasmodium falciparum*. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*. Uberaba, nº 3, mai./jun. 1997.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “Afonso VI brinca com o preto”: a identidade do colonizado. *História*. São Paulo: nº 7, p. 87-97, 1988.

CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier, PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

COMITINI, Carlos. *África arde*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. A colonização árabe em Zanzibar. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 522-537.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 748-92.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GOIDANICH, Hiron Cardoso. *Enciclopédia dos quadrinhos*. Porto Alegre: L&PM, 1990.

HERGÉ. *Tintim na África*. Rio de Janeiro: Record, 1970.

KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATUMONA, Muanamosi. Promoção Humana e Inculturação In: Simpósio sobre a missão. Lisboa, 3 e 4 de jun. 2004. *Diálogo, testemunho e profecia para uma missão “ad gentes” no terceiro milênio*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2004.

MAYBURY-LEWIS, David. A antropologia numa era de confusão. *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo: ANPOC, vol. XVII, n. 50, out. 2002.

M'BOKOLO, Elikia. África central: o tempo dos massacres. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 502-21.

MOHIDDIN, Ahmed. Hacia una cultura y política apropiada para el Africa. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires: n. 39, p. 5-16, 1978.

MOYA, Álvaro de. *História da história em quadrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 60-62.

N'KRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo – último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Filmografia

TINTIM e eu. Direção: Anders Østergaard. Produção: Peter Bech et al. Entrevistadores: Numa Sadoul e Karin Mørch. Entrevistados: Hergé (imagens de arquivo), Michael Farr, Harry Thompson, Andy Warhol, Fanny Rodwell. Trilha sonora: Halfdan E. e Joachim Holbek: Angel Films “Tintin et moi”, 2004. Documentário (75min), son., color.; pb.

Internet

DANI, Ana. Primeiras histórias do personagem Tintim foram criticadas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, dez. 2006. Acesso: 27 dez. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u67188.shtml>>.

JACOB, Tara. *Great snakes! The adventures of Tintin: the blue lotus an analytical reading*. Acesso: 22 abril 2007. Disponível em: <<http://www.tintinologist.org/articles/greatsnakes.html>>.

NASH, Mary. *Representaciones culturales y discurso de género, raza e clase en la construcción de la sociedad europea contemporánea*. Acesso: 28 mai. 2007. Disponível em: <http://www.desafio.ufba.br/gt4-012.html#_ftn1>.

O genocídio silencioso dos pigmeus na África. In: *Agência Fides - atualidade*. Acesso em: 29 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.pom.org.br/Noticias/Sim/Sim32004/atualidade.htm>>.

Recebido em: 29/05/2008

Aprovado em: 25/06/2008